

## SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL

## Estudo Técnico Preliminar 4/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.407149/2024-27

### 2. Objeto

2.1. Aquisição de mobiliário, incluindo a montagem, destinado às Agências da Previdência Social atingidas pelas enchentes no Estado do Rio Grande do Sul: APS Cachoeirinha, APS Lajeado, APS São Leopoldo e APS São Sebastião do Caí, conforme Documento de Formalização da Demanda 04/2026 - SEI 24020480.

### 3. Descrição da necessidade

3.1. Substituição do mobiliário danificado pelas enchentes ocorridas em maio de 2024 no estado do Rio Grande do Sul , visando proporcionar condições ideais de funcionamento às unidades, assim como de atendimento à clientela previdenciária, sob a melhor relação “custo x benefício” possível para o Instituto, obedecidas as normas e regulamentos internos e a legislação aplicável.

3.2. Em 29/07/2025 foi assinado o Termo de Homologação do Pregão 90008/2025 cujo objeto era idêntico ao deste estudo. Nele foi adquirida a maior parte do quantitativo de mobiliário constante na planilha SEI 18449498. Porém um dos contratos resultantes de tal Pregão, o Contrato Administrativo nº 81/2025 (SEI 21782245), celebrado com a empresa INOVE Indústria e Comércio de Móveis LTDA, não foi cumprido pela empresa, provocando sua rescisão unilateral com a aplicação das sanções cabíveis, conforme processo 35014.410715/2025-69. Devido a essa situação, detectou-se a necessidade de repetir a licitação para aquisição dos itens que não foram fornecidos pelo contrato citado.

3.3. Relação de mobiliário necessária, incluindo a montagem dos móveis:

ITEM	CADERNO ESP. MOB.	ESPECIFICAÇÃO DO MOBILIÁRIO	CATMAT	LOCAL DE ENTREGA
1	1.03	Estação De Trabalho De Suporte (600x1350x1350x600) Mm	617896	São Leopoldo (5) São Sebastião do Cai (2)
2	1.04	Estação De Trabalho De Suporte (600x1350x1500x600) Mm	617896	Lajeado (1)
3	1.05	Estação De Trabalho De Suporte (600x1500x1500x600) Mm	617896	Lajeado (7)
4	1.07	Conjunto De Estações De Trabalho Para Duas Pessoas Com Mesa De Apoio Lateral (600x2100x3000x600) Mm	608518	Lajeado (4)
5	1.10	Estação De Trabalho Com Anexo Para Atendimento (600x1350x1200x600) Mm	617896	Lajeado (6)
6	1.11	Estações De Trabalho Com Anexo Para Atendimento (600x1350x1350x600)Mm	617896	Cachoeirinha (3) Lajeado (7) São Leopoldo (5) São Sebastião do Cai (3)
7	1.12	Estação De Trabalho Com Anexo Para Atendimento (600x1500x1500x600) Mm	617896	Cachoeirinha (2) Lajeado (3) São Leopoldo (4)

				São Sebastião do Cai (2)
8	1.14	Mesa De Apoio (1500x600) Mm	612072	Cachoeirinha (1) São Leopoldo (1) São Sebastião do Cai (1)
9	1.15	Mesa De Apoio (1200x600) Mm	612072	Cachoeirinha (2) São Leopoldo (1) São Sebastião do Cai (2)
10	1.16	Mesa De Apoio (900x600) Mm	612072	Cachoeirinha (1) Lajeado (6) São Leopoldo (1) São Sebastião do Cai (2)
11	1.17	Mesa De Apoio (600x600) Mm	612072	Cachoeirinha (2) São Leopoldo (2) São Sebastião do Cai (2)
12	1.19	Bancada Para Copa (1600x470) Mm	612072	Cachoeirinha (1) Lajeado (4) São Leopoldo (1) São Sebastião do Cai (1)
13	2.5.B	Conjunto De Estações De Trabalho Para Duas Pessoas Com Anexo Para Atendimento, Painei Divisor, Divisor Curvo Junto Ao Painei, (600x1500x3000x600) Mm	611951	Cachoeirinha (2) São Leopoldo (2) São Sebastião do Cai (3)
14	4.03	Conjunto De Mesas De Recepção, Painei Divisor E Porta (3750x1500) Mm	612073	São Sebastião do Cai (1)
15	4.04	Conjunto De Mesas De Recepção, Painei Divisor E Porta (6450x600) Mm	612073	Lajeado (1)
16	5.01	Mesa De Reunião Redonda (1100 ) Mm	619734	Cachoeirinha (2) Lajeado (1) São Leopoldo (3) São Sebastião do Cai (2)
17	5.03	Mesa De Reunião Oval (2500x1200) Mm	297214	Cachoeirinha (1) São Leopoldo (1) São Sebastião do Cai (1)
18	5.04	Gaveteiro Volante Com Três Gavetas E Um Vão (400x500) Mm	612000	Cachoeirinha (6) São Leopoldo (14) São Sebastião do Cai (7)
19	5.05	Gaveteiro Vertical (250x500) Mm	612000	Cachoeirinha (6) São Leopoldo (14) São Sebastião do Cai (7)
20	5.06.A	Armário Baixo Com Duas Portas De Correr (900x500x750) Mm	619362	Cachoeirinha (2) Lajeado (1) São Leopoldo (4) São Sebastião do Cai (2)
21	5.08.A	Armário Alto Com Duas Portas De Correr (900x500x1630) Mm	392777	Cachoeirinha (2) Lajeado (12) São Leopoldo (4) São Sebastião do Cai (2)
22	5.09	Mesa De Reunião Oval (1800x1000)Mm	297214	São Sebastião do Cai
23	5.11	Mesa De Reunião Oval (3200x1200) Mm	297214	Lajeado (1)
24	8.01.D	Conjunto Divisória De Ambiente E Bancada (4200x600) Mm	462106	Lajeado (1)
25	16	Balcão Sob Pia Para Copa (1800x600x720) Mm	612617	Cachoeirinha (1) São Leopoldo (1) São Sebastião do Cai (2)

3.4. A necessidade foi registrada no DFD 04/2026 (SEI 24020480), devidamente aprovada no PCA 2026 – Contratação 510181-62/2026 (SEI 24020415).

## **4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos, necessários à adequada execução do objeto e ao atendimento do interesse público:

### **4.1. Requisitos Técnicos**

- Os bens deverão estar em conformidade com as especificações técnicas definidas no Caderno de Especificações de Mobiliário do INSS, anexo ao Estudo Técnico Preliminar;
- O mobiliário deverá ser novo, de primeiro uso, isento de defeitos, com materiais compatíveis com o uso institucional e com padrão mínimo de durabilidade e resistência;
- As dimensões, materiais, acabamentos e características funcionais deverão ser objetivas e verificáveis, vedadas especificações restritivas à competitividade.

### **4.2. Requisitos de Qualidade e Garantia**

- Os produtos deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme previsto no edital e no contrato;
- O fornecedor deverá assegurar a substituição ou reparo dos bens que apresentarem vícios, defeitos ou desconformidade com as especificações técnicas.

### **4.3. Requisitos de Sustentabilidade**

- A contratação deverá observar as diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do INSS, priorizando:
  - materiais duráveis e de maior vida útil;
  - possibilidade de reutilização, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado;
  - redução de desperdícios e racionalização do consumo;
- As embalagens deverão ser adequadas à proteção dos bens, com minimização de resíduos sempre que possível.

### **4.4. Requisitos de Entrega e Logística**

- A entrega deverá ocorrer dentro do prazo contratual, nos endereços indicados abaixo:
  - APS Cachoeirinha: R. Dr Campos Sales, 80 - Vila Jardim America, Cachoeirinha/RS.
  - APS Lajeado: Rua Coronel Júlio May, 477, segundo piso - Centro, Lajeado/RS.
  - APS São Leopoldo: R. Conceição, 364 - Centro, São Leopoldo/RS.
  - APS São Sebastião do Caí: R. Benjamin Constant, 182, São Sebastião do Caí/RS.
- O fornecedor será responsável pelo transporte, descarga, alocação e montagem dos móveis nos locais definidos pela Administração, independentemente do andar, inclusive com uso de escadas, quando necessário, sem ônus adicional para a Administração;
- Os bens deverão ser entregues devidamente montados, em perfeitas condições de uso, acompanhados de toda a documentação pertinente.

### **4.5. Requisitos de Conformidade Legal e Contratual**

- A contratação deverá observar integralmente a Lei nº 14.133/2021, a legislação correlata e as normas internas do INSS;

- O fornecedor deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos do edital;
- Deverão ser respeitados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, planejamento e eficiência.

#### 4.6. Requisitos de Gestão e Fiscalização

- A execução contratual deverá permitir acompanhamento e fiscalização objetiva por parte da Administração;
- O contrato deverá prever mecanismos claros para recebimento provisório e definitivo, bem como aplicação de sanções em caso de inadimplemento.

### 5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Suprimentos e Transporte (LOG-SUT - SRSUL)	Dilvânia Kummer

### 6. Levantamento de Mercado

6.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de identificar as alternativas disponíveis para o atendimento da necessidade administrativa, bem como avaliar a viabilidade técnica e econômica da contratação de mobiliário de escritório.

6.2. A pesquisa concentrou-se nas soluções usualmente ofertadas pelo mercado, abrangendo mesas de trabalho, armários, estações de trabalho e gaveteiros, com análise dos principais padrões construtivos, materiais empregados, durabilidade, garantia e conformidade com normas técnicas aplicáveis.

6.3. Foram consideradas, como fontes de informação, contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, catálogos e sítios eletrônicos de fabricantes e fornecedores, bem como pesquisas de preços praticados no mercado, observando-se as condições usuais de fornecimento, tais como prazo de entrega, montagem e assistência técnica. Tal procedimento está em consonância com as boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, no sentido de que o levantamento de mercado deve ser suficiente para demonstrar a compatibilidade da solução com o mercado e a razoabilidade dos preços estimados.

6.4. Constatou-se que o mercado de mobiliário de escritório é amplamente competitivo, com a existência de diversos fornecedores aptos a atender às especificações pretendidas, não havendo dependência de fornecedor exclusivo, tecnologia proprietária ou solução singular. As alternativas disponíveis permitem a definição de especificações técnicas objetivas, usuais e adequadas, em conformidade com o princípio da competitividade, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Procedeu-se à análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, notadamente a **aquisição e a locação de mobiliário de escritório**, com o objetivo de identificar a solução tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa para a Administração.

6.6. A avaliação considerou aspectos econômicos, operacionais e administrativos, bem como o custo do ciclo de vida das soluções, entendido como o conjunto de custos associados à obtenção, utilização, manutenção e destinação final dos bens, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento e com as boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

6.7. A alternativa de locação mostrou-se menos adequada à necessidade identificada, por implicar custos recorrentes ao longo da vigência contratual, maior complexidade na gestão administrativa, risco de descontinuidade do fornecimento ao término do contrato e limitações quanto à padronização visual e funcional do ambiente de trabalho. Tal modalidade é, em regra, mais indicada para demandas temporárias ou transitórias, hipótese que não se aplica ao presente caso, caracterizado por uso contínuo e permanente do mobiliário.

6.8. Por sua vez, a aquisição do mobiliário de escritório apresenta-se como solução mais vantajosa, considerando a vida útil prolongada dos bens, a diluição do custo ao longo do tempo, a redução de despesas recorrentes, a previsibilidade orçamentária e a simplificação da gestão contratual, além da incorporação dos bens ao patrimônio da Administração.

#### 6.9. Quadro Comparativo – Aquisição × Locação de Mobiliário de Escritório

<b>Critério Avaliado</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Locação</b>
Natureza do custo	Investimento inicial	Despesa recorrente
Horizonte de uso	Longo prazo	Curto ou médio prazo
Custo do ciclo de vida	Menor, considerando a vida útil do bem	Maior, pela recorrência dos pagamentos
Vida útil	Compatível com uso contínuo	Limitada à vigência contratual
Padronização	Ampla	Restrita à disponibilidade do fornecedor
Gestão administrativa	Pontual	Continuada
Risco de descontinuidade	Reduzido	Elevado
Patrimonialização	Incorporação ao patrimônio público	Inexistente
Adequação à necessidade	Alta	Baixa

6.10. Diante da análise realizada, conclui-se que a aquisição de mobiliário de escritório constitui a solução mais vantajosa sob a perspectiva do custo do ciclo de vida, além de ser tecnicamente adequada, economicamente eficiente e operacionalmente mais segura, atendendo ao interesse público e às exigências estabelecidas pela Lei nº 14.133 /2021 e às orientações do Tribunal de Contas da União.

## 7. Descrição da solução como um todo

### 7.1. Da Avaliação do Sistema de Registro de Preços

7.1.1. Avaliou-se, na fase de planejamento da contratação, a conveniência e oportunidade de adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

7.1.2. Concluiu-se pela não adoção do SRP, tendo em vista que a demanda é pontual, previamente quantificada e com necessidade de fornecimento em prazo determinado, não se caracterizando como contratação frequente, continuada ou passível de entregas parceladas ao longo do tempo.

7.1.3. Verificou-se, ainda, que a utilização do SRP não acarretaria ganhos relevantes de economicidade ou eficiência, uma vez que não há previsão de contratações futuras repetitivas do mesmo objeto durante a vigência de eventual ata, tampouco participação de outros órgãos como participantes ou aderentes.

7.1.4. A contratação com fornecimento integral do objeto em parcela única mostra-se mais adequada, por proporcionar maior previsibilidade orçamentária, simplificação da gestão contratual e redução de riscos administrativos, sem prejuízo à competitividade, diante da ampla concorrência existente no mercado de mobiliário de escritório.

7.1.5. Assim, resta tecnicamente justificada a não adoção do Sistema de Registro de Preços, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência e economicidade.

## **7.2. Do Objeto, Entrega e Condições de Execução**

7.2.1. O objeto da contratação compreende a aquisição dos materiais relacionados no subitem 3.3 do Estudo Técnico Preliminar, cujas especificações técnicas constam do Caderno de Especificações de Mobiliário do INSS, anexo ao ETP.

7.2.2. Os materiais deverão ser entregues nas Agências da Previdência Social indicadas no ETP, cabendo ao fornecedor a montagem dos bens e a alocação em local definido pela Administração, independentemente do andar, inclusive mediante transporte por escadas, quando necessário.

## **7.3. Do Alinhamento Estratégico, Governança e Segregação de Funções**

7.3.1. A contratação encontra-se alinhada ao Mapa Estratégico do INSS para o quadriênio 2024–2027, aprovado pela Resolução CEGOV/INSS nº 33, de 21/09/2023, por contribuir para a manutenção e otimização da infraestrutura administrativa da Autarquia.

7.3.2. Foi observado o princípio da segregação de funções, vedando-se a atuação simultânea do mesmo agente público em atividades suscetíveis a riscos, com vistas à mitigação de falhas, erros e práticas irregulares.

## **7.4. Da Compatibilidade Orçamentária e Fiscal**

7.4.1. A contratação é compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias da União vigente, elaborada nos termos do art. 165, §2º, da Constituição Federal, bem como com as normas que regem o planejamento e a execução orçamentária no âmbito federal.

7.4.2. Trata-se de despesa ordinária de custeio, destinada ao apoio às atividades administrativas e finalísticas do INSS, não configurando criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que implique aumento continuado de despesa, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

7.4.3. A execução da despesa ficará condicionada à existência de dotação específica na Lei Orçamentária Anual e à disponibilidade financeira no momento da contratação, observadas as limitações e condicionantes estabelecidas na LDO.

## **7.5. Da Vedação à Participação de Consórcios e Cooperativas**

7.5.1. Considerando que o objeto é padronizado, de baixa complexidade técnica e inserido em mercado amplamente competitivo, mostra-se desnecessária a participação de consórcios, razão pela qual sua participação foi vedada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.5.2. Da mesma forma, foi vedada a participação de cooperativas, tendo em vista que o objeto envolve fornecimento de bens, atividade não compatível com o ato cooperativo típico, sem prejuízo à competitividade do certame.

## **7.6. Da Divulgação do Orçamento Estimado**

7.6.1. Em observância ao art. 24 da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se o momento mais adequado para a divulgação do orçamento estimado da contratação.

7.6.2. Considerando a natureza padronizada do objeto, a ampla oferta no mercado e a previsibilidade dos preços praticados, concluiu-se que a divulgação prévia do orçamento, juntamente com o edital, contribui para ampliar a transparência, reduzir assimetrias de informação e facilitar a elaboração de propostas.

7.6.3. A divulgação antecipada não compromete a competitividade, tampouco impede a obtenção da proposta mais vantajosa, uma vez que o julgamento observará exclusivamente os critérios definidos no instrumento convocatório.

## **7.7. Do Catálogo Eletrônico de Padronização**

7.7.1. Em atendimento ao art. 19, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a existência de Catálogo Eletrônico de Padronização aplicável ao objeto.

7.7.2. Constatou-se a inexistência de catálogo vigente que contemple, de forma integral e adequada, as especificações técnicas, quantitativos e requisitos funcionais necessários à aquisição pretendida.

7.7.3. As especificidades relacionadas às condições físicas dos ambientes e às necessidades operacionais das unidades do INSS inviabilizam a adoção direta de modelos previamente catalogados, sem prejuízo à adequada execução do objeto.

7.7.4. A padronização será assegurada por meio de especificações técnicas objetivas, fundamentadas em levantamento de mercado e normas técnicas aplicáveis.

7.7.5. Dessa forma, resta tecnicamente justificada a não utilização de Catálogo Eletrônico de Padronização, sem prejuízo de sua avaliação em futuras contratações, caso venha a ser disponibilizado catálogo aplicável.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A estimativa das quantidades foi apurada com base em levantamento feito pela equipe técnica do INSS . A quantidade necessária de cada mobiliário está especificada na tabela abaixo:

ITEM	CADERNO ESP. MOB.	ESPECIFICAÇÃO DO MOBILIÁRIO	CATMAT	LOCAL DE ENTREGA	QTDE.
1	1.03	Estação De Trabalho De Suporte (600x1350x1350x600) Mm	617896	São Leopoldo (5) São Sebastião do Cai (2)	7
2	1.04	Estação De Trabalho De Suporte (600x1350x1500x600) Mm	617896	Lajeado (1)	1
3	1.05	Estação De Trabalho De Suporte (600x1500x1500x600) Mm	617896	Lajeado (7)	7
4	1.07	Conjunto De Estações De Trabalho Para Duas Pessoas Com Mesa De Apoio Lateral (600x2100x3000x600) Mm	608518	Lajeado (4)	4
5	1.10	Estação De Trabalho Com Anexo Para Atendimento (600x1350x1200x600) Mm	617896	Lajeado (6)	6
6	1.11	Estações De Trabalho Com Anexo Para Atendimento (600x1350x1350x600)Mm	617896	Cachoeirinha (3) Lajeado (7) São Leopoldo (5) São Sebastião do Cai (3)	18
7	1.12	Estação De Trabalho Com Anexo Para Atendimento (600x1500x1500x600) Mm	617896	Cachoeirinha (2) Lajeado (3) São Leopoldo (4) São Sebastião do Cai (2)	11
8	1.14	Mesa De Apoio (1500x600) Mm	612072	Cachoeirinha (1) São Leopoldo (1) São Sebastião do Cai (1)	3
9	1.15	Mesa De Apoio (1200x600) Mm	612072	Cachoeirinha (2) São Leopoldo (1) São Sebastião do Cai (2)	5
10	1.16	Mesa De Apoio (900x600) Mm	612072	Cachoeirinha (1) Lajeado (6) São Leopoldo (1) São Sebastião do Cai (2)	10
11	1.17	Mesa De Apoio (600x600) Mm	612072	Cachoeirinha (2) São Leopoldo (2) São Sebastião do Cai (2)	6
				Cachoeirinha (1)	

12	1.19	Bancada Para Copa (1600x470) Mm	612072	Lajeado (4) São Leopoldo (1) São Sebastião do Cai (1)	7
13	2.5.B	Conjunto De Estações De Trabalho Para Duas Pessoas Com Anexo Para Atendimento, Painei Divisor, Divisor Curvo Junto Ao Painei, (600x1500x3000x600) Mm	611951	Cachoeirinha (2) São Leopoldo (2) São Sebastião do Cai (3)	7
14	4.03	Conjunto De Mesas De Recepção, Painei Divisor E Porta(3750x1500) Mm	612073	São Sebastião do Cai (1)	1
15	4.04	Conjunto De Mesas De Recepção, Painei Divisor E Porta (6450x600) Mm	612073	Lajeado (1)	1
16	5.01	Mesa De Reunião Redonda (1100 ) Mm	619734	Cachoeirinha (2) Lajeado (1) São Leopoldo (3) São Sebastião do Cai (2)	8
17	5.03	Mesa De Reunião Oval (2500x1200) Mm	297214	Cachoeirinha (1) São Leopoldo (1) São Sebastião do Cai (1)	3
18	5.04	Gaveteiro Volante Com Três Gavetas E Um Vão (400x500) Mm	612000	Cachoeirinha (6) São Leopoldo (14) São Sebastião do Cai (7)	27
19	5.05	Gaveteiro Vertical (250x500) Mm	612000	Cachoeirinha (6) São Leopoldo (14) São Sebastião do Cai (7)	27
20	5.06.A	Armário Baixo Com Duas Portas De Correr (900x500x750) Mm	619362	Cachoeirinha (2) Lajeado (1) São Leopoldo (4) São Sebastião do Cai (2)	9
21	5.08.A	Armário Alto Com Duas Portas De Correr (900x500x1630) Mm	392777	Cachoeirinha (2) Lajeado (12) São Leopoldo (4) São Sebastião do Cai (2)	20
22	5.09	Mesa De Reunião Oval (1800x1000)Mm	297214	São Sebastião do Cai	1
23	5.11	Mesa De Reunião Oval (3200x1200) Mm	297214	Lajeado (1)	1
24	8.01.D	Conjunto Divisória De Ambiente E Bancada (4200x600) Mm	462106	Lajeado (1)	1
25	16	Balcão Sob Pia Para Copa (1800x600x720) Mm	612617	Cachoeirinha (1) São Leopoldo (1) São Sebastião do Cai (2)	4
-	-	QUANTITATIVO TOTAL	-	-	195

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 240.791,82

9.1. A pesquisa de preços foi realizada com base na Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 07/07/2021. Os documentos que a embasaram encontram-se apensos no presente processo, conforme segue:

- Relatório de pesquisa de preço 02/2026, elaborado em 29/01/2026 - SEI 24028086.
- Preços estimados no Pregão 02/2025 - SEI 19330143.
- Preços contratados no contrato nº 81/2025 (inexecução) - SEI 21782245.
- Consulta de preços em sites especializados, feita em 29/01/2026 - SEI 24071309.
- Planilha Estimativa de Preços - SEI 24071361.
- Nota Técnica 1 - SEI 24028094.

9.2. A obtenção do preço estimado para a presente licitação deu-se com base na mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços feita no sistema Compras.gov.br, conforme demonstrado na tabela abaixo:

--	--	--	--	--	--	--



ITEM	CADERNO ESP. MOB.	ESPECIFICAÇÃO DO MOBILIÁRIO	CATMAT	QTDE.	PREÇO ESTIMADO	PREÇO TOTAL
1	1.03	Estação De Trabalho De Suporte (600x1350x1350x600) Mm	617896	7	R\$ 1.979,91	R\$ 13.859,37
2	1.04	Estação De Trabalho De Suporte (600x1350x1500x600) Mm	617896	1	R\$ 1.979,91	R\$ 1.979,91
3	1.05	Estação De Trabalho De Suporte (600x1500x1500x600) Mm	617896	7	R\$ 1.979,91	R\$ 13.859,37
4	1.07	Conjunto De Estações De Trabalho Para Duas Pessoas Com Mesa De Apoio Lateral (600x2100x3000x600) Mm	608518	4	R\$ 2.900,00	R\$ 11.600,00
5	1.10	Estação De Trabalho Com Anexo Para Atendimento (600x1350x1200x600) Mm	617896	6	R\$ 2.120,00	R\$ 12.720,00
6	1.11	Estações De Trabalho Com Anexo Para Atendimento (600x1350x1350x600)Mm	617896	18	R\$ 2.120,00	R\$ 38.160,00
7	1.12	Estação De Trabalho Com Anexo Para Atendimento (600x1500x1500x600) Mm	617896	11	R\$ 2.120,00	R\$ 23.320,00
8	1.14	Mesa De Apoio (1500x600) Mm	612072	3	R\$ 880,00	R\$ 2.640,00
9	1.15	Mesa De Apoio (1200x600) Mm	612072	5	R\$ 880,00	R\$ 4.400,00
10	1.16	Mesa De Apoio (900x600) Mm	612072	10	R\$ 880,00	R\$ 8.800,00
11	1.17	Mesa De Apoio (600x600) Mm	612072	6	R\$ 880,00	R\$ 5.280,00
12	1.19	Bancada Para Copa (1600x470) Mm	612072	7	R\$ 880,00	R\$ 6.160,00
13	2.5.B	Conjunto De Estações De Trabalho Para Duas Pessoas Com Anexo Para Atendimento, Painei Divisor, Divisor Curvo Junto Ao Painei, (600x1500x3000x600) Mm	611951	7	R\$ 2.000,00	R\$ 14.000,00
14	4.03	Conjunto De Mesas De Recepção, Painei Divisor E Porta(3750x1500) Mm	612073	1	R\$ 1.389,00	R\$ 1.389,00
15	4.04	Conjunto De Mesas De Recepção, Painei Divisor E Porta (6450x600) Mm	612073	1	R\$ 1.389,00	R\$ 1.389,00
16	5.01	Mesa De Reunião Redonda (1100 ) Mm	619734	8	R\$ 832,25	R\$ 6.658,00
17	5.03	Mesa De Reunião Oval (2500x1200) Mm	297214	3	R\$ 835,50	R\$ 2.506,50
18	5.04	Gaveteiro Volante Com Três Gavetas E Um Vão (400x500) Mm	612000	27	R\$ 610,32	R\$ 16.478,64
19	5.05	Gaveteiro Vertical (250x500) Mm	612000	27	R\$ 577,50	R\$ 15.592,50
20	5.06.A	Armário Baixo Com Duas Portas De Correr (900x500x750) Mm	619362	9	R\$ 654,33	R\$ 5.888,97
21	5.08.A	Armário Alto Com Duas Portas De Correr (900x500x1630) Mm	392777	20	R\$ 1.183,39	R\$ 23.667,80
22	5.09	Mesa De Reunião Oval (1800x1000)Mm	297214	1	R\$ 835,50	R\$ 835,50
23	5.11	Mesa De Reunião Oval (3200x1200) Mm	297214	1	R\$ 835,50	R\$ 835,50
24	8.01.D	Conjunto Divisória De Ambiente E Bancada (4200x600) Mm	462106	1	R\$ 2.380,00	R\$ 2.380,00
25	16	Balcão Sob Pia Para Copa (1800x600x720) Mm	612617	4	R\$ 1.597,94	R\$ 6.391,76
-	-	VALOR TOTAL	-	195	-	R\$ 240.791,82

9.3. O preço estimado da contratação será R\$ R\$ 240.791,82 (duzentos e quarenta mil, setecentos e noventa e um reais e oitenta e dois centavos).

9.4. Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifica-se que o preço estimado para a presente contratação é compatível com os preços praticados no mercado.

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

10.1. Em atendimento ao art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração avaliou a aplicação do princípio do parcelamento do objeto, com vistas a ampliar a competitividade, favorecer a obtenção da proposta mais vantajosa e mitigar riscos à contratação, sempre que tecnicamente viável e economicamente recomendável.

10.2. Considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de mobiliário de escritório, composto por itens distintos, independentes e funcionalmente autônomos, tais como mesas, armários, estações de trabalho e gaveteiros, verificou-se a viabilidade técnica do parcelamento, uma vez que o fornecimento de cada item não depende da execução conjunta dos demais.

10.3. O parcelamento permite a participação de um maior número de fornecedores, especialmente micro e pequenas empresas, que muitas vezes possuem capacidade produtiva ou comercial restrita a determinados tipos de mobiliário, sem comprometer a padronização mínima necessária ao ambiente de trabalho, a qual será assegurada por meio de especificações técnicas objetivas e critérios uniformes de qualidade.

10.4. Ademais, a divisão do objeto em itens possibilita maior competitividade nos lances, redução de preços unitários e mitigação de riscos, ao evitar a dependência de um único fornecedor para todo o conjunto de bens, além de conferir maior flexibilidade à execução contratual.

10.5. Ressalta-se que o parcelamento não implica perda de economia de escala relevante, uma vez que os itens possuem características usuais de mercado, com ampla oferta e produção em larga escala, conforme verificado no levantamento de mercado.

10.6. Dessa forma, a adoção do princípio do parcelamento mostra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente amparada, atendendo ao interesse público e às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e às orientações do Tribunal de Contas da União.

10.7. O parcelamento do objeto não compromete a gestão contratual nem a padronização do mobiliário, as quais serão asseguradas por especificações técnicas uniformes e acompanhamento da execução.

10.8. Diante disso, optou-se pelo parcelamento do presente objeto em 25 itens, divididos por tipo de mobiliário, que deverão ser entregues nas unidades determinadas, conforme descrito no subitem 8.1.

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

11.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em referência e não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

12.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do INSS, integrando-se às ações voltadas à manutenção e ao aprimoramento da infraestrutura administrativa, necessárias ao adequado desempenho das atividades institucionais.

12.2. O objeto — aquisição de mobiliário de escritório — decorre de necessidade previamente identificada no planejamento interno, estando compatível com os instrumentos de planejamento e com as diretrizes orçamentárias vigentes, contribuindo para a eficiência administrativa, a padronização dos ambientes de trabalho e a continuidade dos serviços prestados à sociedade.

12.3. Dessa forma, a contratação está coerente com o planejamento da Administração, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência e economicidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

12.4. Nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 10/01/2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratações (PCA) de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, bem como sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), a presente contratação foi devidamente contemplada no Plano Anual de Contratações do INSS para o exercício de 2026, conforme se observa no DFD 04/2026 (SEI 24020480).

12.5. O objeto da contratação encontra-se, ainda, alinhado ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) do INSS, aprovado por meio da Portaria PRES/INSS nº 1.704, de 12/06/2024. Nesse contexto, a contratação observará as seguintes diretrizes estabelecidas no PLS:

- a) promoção de gestão mais eficiente do descarte de resíduos tóxicos e poluentes, incentivando práticas de reciclagem e redução de desperdícios;
- b) adoção de critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;
- c) estímulo à racionalização e ao consumo consciente de bens e serviços, com otimização do uso de materiais e recursos naturais, bem como à implantação de práticas adequadas de gestão de resíduos sólidos;
- d) divulgação, conscientização e capacitação relacionadas à logística sustentável no âmbito institucional.

### **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

13.1. A pretensa contratação está diretamente alinhada aos objetivos estratégicos e respectivos indicadores do Mapa Estratégico do INSS – Quadriênio 2024–2027, especialmente ao eixo “Otimizar a infraestrutura e a aplicação de recursos”, contribuindo para os seguintes resultados institucionais:

- Indicador de eficiência na utilização da infraestrutura administrativa - A disponibilização de mobiliário adequado e padronizado possibilita melhor aproveitamento dos espaços físicos, organização dos ambientes de trabalho e racionalização do uso da infraestrutura existente.
- Indicador de produtividade institucional - A melhoria das condições ergonômicas e funcionais dos postos de trabalho contribui para a redução de desconfortos físicos, favorecendo maior concentração e desempenho dos servidores nas atividades administrativas e finalísticas.
- Indicador de racionalização e economicidade do gasto público - A aquisição de bens com vida útil prolongada reduz a necessidade de substituições frequentes e despesas recorrentes, refletindo positivamente no custo do ciclo de vida e na eficiência da aplicação dos recursos orçamentários.
- Indicador de padronização e gestão patrimonial - A padronização do mobiliário facilita o controle, a manutenção e a gestão dos bens patrimoniais, promovendo maior previsibilidade e eficiência nos processos internos.
- Indicador de sustentabilidade institucional - A adoção de critérios socioambientais na contratação contribui para a redução de impactos ambientais, gestão adequada de resíduos e promoção do consumo consciente, em consonância com o Plano Diretor de Logística Sustentável do INSS.
- Indicador de qualidade do ambiente de trabalho - Ambientes mais organizados, adequados e funcionais impactam positivamente o clima organizacional e a percepção de qualidade da infraestrutura administrativa.

13.2. Dessa forma, os benefícios decorrentes da contratação reforçam o alinhamento entre o planejamento estratégico e a execução orçamentária, contribuindo para o alcance dos objetivos e indicadores estabelecidos no Mapa Estratégico do INSS, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das boas práticas de governança pública.

### **14. Providências a serem Adotadas**

14.1. Checklist essencial:

- Incluir a contratação no PGC e no Plano Anual de Contratações (PCA) 2026;
- Verificar compatibilidade orçamentária e existência de dotação na LOA;

- Validar as especificações técnicas e critérios de sustentabilidade do mobiliário;
- Atualizar a estimativa de preços, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021
- Definir a estratégia de contratação e os critérios de julgamento;
- Elaborar o Termo de Referência, em conformidade com o ETP;
- Designar responsáveis pela gestão e fiscalização do(S) contrato(S).

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

### 15.1. Possíveis Impactos Ambientais da Contratação e Vinculação às Diretrizes do PLS/INSS:

- Geração de resíduos sólidos, especialmente embalagens e mobiliário substituído. Impacto mitigado pela gestão eficiente do descarte de resíduos tóxicos e poluentes, com incentivo à reutilização e à destinação ambientalmente adequada, conforme diretriz do PLS voltada à redução do desperdício e estímulo à reciclagem;
- Consumo de recursos naturais (madeira, metais, plásticos e derivados), compatibilizado com a diretriz do PLS que orienta a adoção de critérios alinhados a padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, priorizando bens duráveis, de maior vida útil e com matérias-primas certificadas ou recicláveis;
- Emissões indiretas de gases de efeito estufa, associadas à produção e ao transporte do mobiliário, relacionadas à diretriz do PLS que incentiva a racionalização do consumo e a otimização do uso de recursos, por meio da aquisição planejada, consolidada e compatível com a real necessidade institucional;
- Risco de descarte inadequado de materiais ao final da vida útil, mitigado pela diretriz do PLS que prevê a implantação de gestão de resíduos sólidos, com observância das normas ambientais e estímulo à logística reversa quando aplicável;
- Consumo de energia e água ao longo do ciclo de vida dos bens, considerado em consonância com a diretriz do PLS que orienta a promoção do consumo consciente de bens e serviços, priorizando mobiliário com maior durabilidade, menor necessidade de substituição e manutenção.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, econômico e operacional, considerando que o objeto — aquisição de mobiliário — possui especificações usuais de mercado, ampla oferta de fornecedores e soluções consolidadas, conforme demonstrado no levantamento de mercado.

A alternativa adotada é tecnicamente adequada às necessidades do INSS, economicamente vantajosa sob a perspectiva do custo do ciclo de vida e operacionalmente exequível, não havendo óbices à sua execução, desde que observadas as condições orçamentárias e legais aplicáveis.

Dessa forma, resta evidenciada a viabilidade da contratação, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência e economicidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA COFL/SRSUL/INSS Nº 06, de 02/02/2026 - SEI 24049390

**ANA CANDIDA GONZALEZ PLACIDI ROBERTI**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 19:05:08.*

Despacho: PORTARIA COFL/SRSUL/INSS Nº 06, de 02/02/2026 - SEI 24049390

**JULIANA DA SILVA**

Agente de contratação



*Assinou eletronicamente em 04/02/2026 às 09:35:29.*